

A origem da religião e suas implicações na vida humana: algumas considerações humeanas

Alan da Cruz Joaquim¹

RESUMO

Discutimos, neste trabalho, alguns aspectos da religião, no que diz respeito a suas origens e a seu desenvolvimento na história da humanidade. Hume, que concebe a religião como uma manifestação natural do ser humano, discorre sobre as origens das religiões monoteístas e politeístas, suas implicações na história das sociedades e suas influências nas organizações sociais que estão ligadas diretamente a certas crenças. A abordagem empirista humeana contempla o instinto da natureza humana e representa uma análise da história das sociedades. Não se trata de uma investigação a respeito de divindades e de sua natureza, mas do comportamento humano diante da crença no sobrenatural.

PALAVRAS-CHAVE: David Hume; natureza humana religião; monoteísmo; politeísmo

ABSATRACT

We discuss in this paper some aspects of religion, with regard to its origins and its development in the history of mankind. Hume, who sees religion as a natural manifestation of the human being, discusses the origins of monotheistic and polytheistic religions, its implications in the history of societies and their influence in social organizations that are directly linked to certain beliefs. The Humean empiricist approach contemplates the instinct of human nature and is an analysis of the history of societies. Our analysis is not an investigation about deities and nature, but about human behavior before the belief in the supernatural.

KEYWORDS: David Hume; human nature; religion; monotheism; polytheism

Introdução

Observando os fenômenos religiosos da atualidade, podemos observar que a abordagem realizada pelo filósofo moderno David Hume acerca da origem e da história da religião na sociedade humana é bastante profícua para a discussão de diversos posicionamentos frente ao papel que a religião assume em uma sociedade, estando elas em contextos pacíficos ou de intolerância. E assim podemos indagar: afinal, as práticas religiosas estão de acordo com suas

¹ Graduado em filosofia (FAJOPA). E-mail:alanjoaquim.filosofia@hotmail.com

concepções transcendentais e, apenas com elas? Existem outros fatores que as influenciam? A religião é, de fato, produto da natureza humana? Essas questões direcionam a nossa pesquisa, aqui focada em algumas seções da obra *História Natural da Religião*, bem como alguns fragmentos do *Tratado da Natureza Humana*.

Primeiro abordaremos a ideia de natureza humana para o filósofo e sua importância para a investigação científica; a seguir, focamos no estudo da religião natural e sua posição frente à razão para tais práticas religiosas, investigando os modos que os homens desenvolveram para se relacionar com as divindades no politeísmo e monoteísmo, bem como as contribuições e os problemas que tais práticas trouxeram para a humanidade.

1 Hume e a natureza do homem

David Hume (1711-1776) formulou diversos pensamentos acerca do homem, sempre por meio de uma abordagem empirista. Todo o conhecimento, segundo Hume, provém das percepções. São sempre as entidades exteriores que instigam o homem e tudo o que este é capaz de assimilar não está nele mesmo, mas advém de suas experiências sensoriais. Com sua filosofia, refuta as concepções do racionalismo e impulsiona o Empirismo inglês, no século XVIII.

Devemos lembrar que o empirismo estava nesse período se estruturando. Se o conhecimento provém das relações com o mundo externo, a grande preocupação gira em torno da dúvida a respeito de como essas relações serão captadas pelo homem e de que modo se dá essa interação. Diz Hume: “Assim como a ciência do homem é o único fundamento sólido para as outras ciências, assim também o único fundamento sólido que podemos dar a ela deve estar na experiência e na observação” (HUME, 2009, p. 2).

Na visão humeana, o ser humano está condicionado à sua própria natureza e tudo o que o homem desenvolve está em estreita relação com ela.

Desse modo, a religião é vista como fruto da natureza humana, que provém das experimentações, do provável, do hábito. Por meio do estudo do homem é possível investigar as raízes das crenças religiosas e das demais práticas humanas.

A grande inovação para a época do filósofo foi realmente o voltar-se para a natureza humana como fonte do conhecimento. Mesmo sendo essa natureza limitada; é por meio dela que o homem é capaz de agir, tanto para o conhecimento, quanto para todas as suas práticas, na sociedade em que está inserido. A investigação da *natureza humana* levará toda a filosofia de Hume a um novo pensamento com relação à possibilidade de conhecimento. E essa perspectiva já estava presente quando iniciou suas obras, o que pode ser observado em uma carta dirigida a seu médico, em 1734.

[...] concluí que a filosofia moral que recebemos da Antiguidade sofre do mesmo defeito de que sofre a filosofia natural dos antigos, ou seja, o de ser totalmente hipotética e de depender mais da invenção que da experiência. Ao construir os esquemas da virtude e da felicidade, cada um consulta a própria imaginação, sem atentar para a natureza humana, da qual depende em primeiro lugar toda conclusão moral. Assim, resolvi fazer desta [a natureza humana] meu principal objeto de estudo e a fonte da qual extrair toda verdade em matéria de crítica [ou seja, de estética] e de moral. (HUME apud Rovighi, 2006, p. 271).

Em *Tratado da Natureza Humana*, o filósofo coloca as ciências subordinadas ao homem, dependente de sua condição. O que importa para Hume, incluindo-se aí o estudo da religião, é a crença na natureza humana, posta em contato com o mundo, com aquilo que pode ser experimentado. A natureza humana pode ser tomada como primordial para o estudo das coisas, graças ao condicionamento realizado pelo próprio homem em sua natureza:

Eis, pois, o único recurso capaz de conduzir nossas investigações filosóficas ao sucesso: abandonar o método
Revista Contemplação 2014 (8): 56-73

moroso e entediante que seguimos até agora e, ao invés de tomar, vez por outra, um castelo ou aldeia na fronteira, marchar diretamente para a capital ou centro dessas ciências, para a própria natureza humana; estando nós de posse desta, podemos esperar uma vitória fácil em todos os outros terrenos (HUME, 2009, p. 21).

Podemos observar, nesta passagem, a recusa da visão filosófica de sua época, ou seja, do racionalismo e dos empreendimentos metafísicos. A origem da religião fará parte do objeto de sua investigação pelo fato de ser algo natural e de se desenvolver graças ao contato do homem com o meio onde está inserido. Não há uma preocupação de explicar o desenvolvimento das teorias transcendentais, mas apenas a religião como algo próprio da natureza humana. Para Hume, não são várias “ciências” que possibilitam o conhecimento, mas uma só, a natureza do homem: “Mesmo a *matemática*, a *filosofia da natureza* e a *religião natural* dependem em certa medida da ciência do HOMEM, pois são objetos do conhecimento do dos homens, que as julgam por meio de seus poderes e faculdades” (HUME, 2009, p. 21).

É clara a posição cética de Hume com relação às possibilidades da filosofia racionalista, segundo a qual a razão parecia ter o domínio de tudo. Nas palavras de Plínio Smith:

O ceticismo humeano tem inspiração oposta à filosofia racionalista. O seu empirismo significa o reconhecimento de que não podemos escapar da esfera da experiência; e o seu naturalismo, que é inútil pretender substituir as nossas crenças naturais ou mesmo pretender dar a elas um fundamento mais sólido do que a natureza (SMITH, 1995, p. 289).

Desta forma não é difícil compreender o empreendimento de Hume com a investigação da religião simplesmente enquanto produto humano; não é de espantar que ele mantenha uma postura de não conceder, às crenças religiosas, a sabedoria para a explicação de tudo que há no mundo. Não se pode apelar a argumentos teológicos para abordar o assunto, pois filosoficamente a sua concepção de crença já é capaz de demonstrar a distância aos sentimentos e

Revista Contemplação 2014 (8): 56-73

tentativas de provar a existência de seres transcendentais.

As percepções da mente são todas de dois tipos, a saber, impressões e ideias, que só se distinguem por seus diferentes graus de forma e vividez. Nossas ideias são copiadas de nossas impressões, representando-as em todas as suas partes. [...] Portanto, uma opinião ou crença pode ser definida mais precisamente como UMA IDEIA VÍVIDA RELACIONADA OU ASSOCIADA COM UMA IMPRESSÃO PRESENTE. (HUME, 2009, p. 125).

2 A análise racional da religião

Hume apresenta um estudo reflexivo sobre a religião, com relação à sua gênese, formação e estrutura, bem como às suas contribuições para o homem e a sociedade. O objeto de estudo sempre estava pautado no questionamento: a religião possui bases racionais para se fundamentar? A religião, segundo ele, vai além da explicação sobre os seres superiores, pois procura explicações diversas acerca da relação entre o ser humano e a divindade na qual o indivíduo crê.

Não se trata de explicar pelas vias da razão a existência da religião e nem mesmo provar a existência de qualquer deus, pois de acordo com Hume, “a religião não se fundamenta na razão, mas num sentimento: um sentimento de terror”. (ROVIGHI, 2006, p. 294).

Quando Hume discute a origem da religião, não é de seu interesse afirmar a criação do mundo, nem mesmo alguma divindade como fonte de tudo. O filósofo considera o sentimento humano e não a racionalidade como garantia para a crença em deuses e nem mesmo para o surgimento do mundo.

A crença em um poder invisível e inteligente tem sido amplamente difundida entre a raça humana, em todos os lugares e em todas as épocas, mas talvez não tenha sido tão universal ao ponto de não admitir exceção nenhuma; nem tenha sido, em alguma medida, uniforme nas ideias que fez nascer (HUME, David, 2005, p. 21).

Se, de fato, fosse tão própria do ser humano a relação com a religiosidade e se a divindade com a qual o homem se relaciona fosse única, como explicar a diversidade de manifestações religiosas sempre presente no decorrer do tempo? Como explicar a diferença tão intensa que existe entre as religiões politeístas, ou como afirma Hume, a *idolatria*, e as religiões monoteístas, como o cristianismo?

Em uma perspectiva histórica, o filósofo demonstra que a primeira religião dos homens foi o politeísmo: “Quanto mais remontamos à Antiguidade, mais encontramos a humanidade imersa no politeísmo” (HUME, 2005, p.23). Os homens sempre estiveram muito preocupados com a origem do mundo e de si mesmos e essa preocupação somada a aspectos místicos, desenvolvidos pelo próprio ser humano, levou a humanidade a crer em uma religião e buscar nela a resolução para todos os seus problemas, até mesmo os mais particulares.

3 O olhar humeano para a religião em sua perspectiva histórica

Fazendo a análise da origem da religião, Hume trata de aspectos da natureza, dos elementos que, graças à sua regularidade e uniformidade de funcionamento, possibilita que o homem pense que há apenas um autor para tudo que existe:

Todas as coisas do universo são evidentemente uniformes. Todas as coisas estão ajustadas a outras coisas. Um desígnio predomina inteiramente em tudo. E essa uniformidade leva a mente a reconhecer um só autor, pois a concepção de diferentes autores, sem qualquer distinção de atributos e operações, serve apenas para tornar a imaginação perplexa, sem dar nenhuma satisfação ao entendimento. (HUME, 2005, p. 30).

Ao observar a regularidade, o ser humano identifica uma autoria inteligente e única. Quando se trata de situações e contextos particulares, como pestes, tempestades, guerras, entre outros acontecimentos diversos, a possibilidade de pensar na existência de vários deuses torna-se evidente, pois

todas essas situações são contraditórias. Há o favorecimento de alguns ou de algo em detrimento de outros, tornando difícil a crença em um único deus (tão paradoxal). Acontecimentos de exceção (tragédias, pestes, etc.) possibilitam gerar crenças em divindades diversas.

Como resultado, cada povo começou a acreditar em um deus que lhe favoreça. A origem da religião, segundo o autor, está nos rituais de homens que esperavam favorecimento: rezas, sacrifícios e outras práticas vistas como os meios tidos como propiciadores de dádivas ou concessões. A religião é, na verdade, uma troca com os deuses.

Cada nação tem sua divindade protetora. Cada elemento é submetido a seu poder ou ação invisível. A alçada de cada deus é separada da alçada dos demais. E as operações do mesmo deus não são sempre certas e invariáveis. Hoje ele nos protege, amanhã nos abandona. Rezas e sacrifícios, ritos e cerimônias, bem ou mal realizados, são as fontes de seu favor ou inimizade, e produzem toda a boa ou má fortuna que pode ser encontrada entre os homens. (HUME, 2005, p. 31).

Portanto, pode-se constatar que a investigação da origem da religião não está pautada na observação da natureza, mas sim nas preocupações e anseios cotidianos da vida humana, isto é, a religião é decorrente do medo de catástrofes, da morte, da busca pela felicidade. Como afirma Hume, é diante da desordem, ou seja, da limitação humana que o homem enxerga a divindade. E a primeira manifestação religiosa foi o politeísmo. Seus adeptos acreditavam piamente que as ações dos deuses estavam de acordo com suas ações. Em sua origem, o culto religioso estava permeado pelo medo. Nas palavras de Hume,

Em questões de religião, os homens têm mais prazer em sentir medo, e os pregadores mais populares são os que despertam as paixões mais lúgubres e sombrias. Nos afazeres cotidianos, quando estamos mergulhados na materialidade sensível dos assuntos tratados, nada pode ser mais desagradável que o medo e o terror. Somente nos espetáculos dramáticos e nos sermões religiosos eles podem nos dar prazer (HUME, 2009, p. 145 -146).

O filósofo faz uma análise do desejo que o homem possui de buscar a divindade, ou seja, investiga as suas causas, e busca esclarecer qual é a motivação que há no ser humano que o faz permanecer nas práticas religiosas, sejam elas idólatras ou monoteístas. E o medo aparece como um fator relevante: o limite do ser humano no enfrentamento das dificuldades. O medo é a base para a crença em divindades, a luta contra a existência do mal no mundo. Porém, o mesmo motivo encontrado para a crença poderia dar margem para o ceticismo.

A ideia de um Deus-providência não condiz com os males no mundo. O sofrimento humano seria a prova da inexistência de uma bondade divina, porém é justamente essa situação de dor e indignação que levaria o sujeito a buscar refúgio numa religião. Com efeito, o que seria para ele uma prova da inexistência de Deus, aparece também como principal motivo a conduzir o homem a buscar um refúgio no transcendente (PEQUENO, 2012, p. 145-146).

Graças àquele sentimento religioso primitivo dos homens de depositarem seus anseios para a resolução de seus problemas e por medo do sofrimento, conclui-se, que, no politeísmo, não há a preocupação em provar que os deuses criaram o mundo. O politeísmo não considera os deuses criadores do universo, porém, isso não significa que aquele sentimento primeiro que é o da existência de um “poder invisível e inteligente no mundo” (HUME, 2005, p. 43), não exista. O fato é que as particularidades desse poder são inacessíveis ao homem. Na primitiva religião, os deuses não estavam totalmente distantes dos homens. Além do mais, a relação dos homens para com eles não refletia a atitude de quem se relaciona com um ser absoluto e razão da existência do universo. A relação de troca, existente na religião politeísta, não gerava uma inteira submissão. Por esse motivo, fica evidente que não eram as mesmas práticas dos monoteístas.

Esses pretensos religiosos são, na realidade, uma espécie de ateus supersticiosos que não reconhecem ser algum que corresponda à nossa ideia da divindade. Nenhum primeiro princípio espiritual ou intelectual; nenhum governo ou administração supremos; nenhum plano ou intensão divinos na

constituição do mundo (HUME, 2005, p. 44).

Na visão humeana, o monoteísmo possui suas bases no politeísmo. Dessa maneira, ele demonstra que não é o politeísmo a forma corrompida do monoteísmo, como poderia se supor, mas que a idolatria é, de fato, anterior à crença em um único ser supremo. O filósofo conjectura que se perguntássemos a um homem comum o motivo de sua crença num ser criador, a resposta não se daria pela contemplação da natureza como causa final e nem mesmo de si mesmo, mas sim em virtude dos acontecimentos da natureza em que ele atribui a intervenção de de um ser onipotente.

Ainda hoje, e na EUROPA, se perguntássemos a um homem do povo por que ele crê em um criador do mundo onipotente, ele jamais mencionará a beleza das causas finais, que ele ignora totalmente; também não estenderia a mão para nos convidar a contemplar a flexibilidade e a variedade das articulações de seus dedos, da curvatura uniforme de todos eles, do equilíbrio que mantém com o polegar, das partes delicadas e carnosas da palma e de todas as outras circunstâncias que tornam tal membro apto para a função para a qual foi destinado. Ele está acostumado a todas essas coisas há muito tempo e as olha com despreocupação e indiferença. Falará da morte repentina e inesperada de alguém, da queda e contusão de um outro, da seca extrema de uma tal estação ou do frio e das chuvas de uma outra. Atribui tudo isso à intervenção imediata da providência, e esses mesmos eventos que, para um bom entendedor, constituem os principais obstáculos ao reconhecimento de uma inteligência suprema, são para ele os únicos argumentos a favor dela (HUME, 2005, p. 59 – 60).

A própria natureza dá base para a crença em um ser supremo, como sua beleza e regularidade. É fato que esta uniformidade e beleza é algo natural. No entanto, passa a ser motivo de crença em divindades, pois assume um sentimento religioso que perdura pela história. Outro argumento para tal crença é a intervenção da divindade, como os chamados milagres, que alimentam os sentimentos religiosos.

Hume identifica, no politeísmo, a possibilidade de hierarquia ou

organização das crenças segundo opções:

Pode facilmente ocorrer que, em uma nação idólatra, embora os homens admitam a existência de várias divindades limitadas, eles venerem e adorem, não obstante, um certo deus de modo particular. Os homens podem supor, em virtude da divisão de poderes e dos territórios entre os deuses, que sua nação foi submetida à jurisdição dessa divindade particular (HUME, 2005, p. 61).

O ser humano se lança à crença em conformidade com o que lhe extrapola a ordem, aos acontecimentos que lhe ameaçam, como as catástrofes. O homem reconhece uma ordem no mundo, porém, essa ordem não poderia ser atribuída às divindades, segundo Hume.

A única questão teológica sobre a qual encontramos um consenso quase universal entre os homens é que existe um poder invisível e inteligente no mundo. Mas se esse poder é supremo ou subordinado, se está nas mãos de um único ser ou distribuído entre vários, quais atributos, qualidades, conexões ou princípios de ação devem ser atribuídos a esses seres? Sobre todas essas questões existe a mais completa divergência nos sistemas teológicos populares (HUME, 2005, p. 43).

Não é possível saber se esse poder é de um deus, de vários deuses, ou não tem nenhuma ligação com a divindade. A religião, para ele, é instintiva.

4 A religião: reflexo da natureza humana e motivação para o contexto social dos homens

Hume faz uma análise do processo de passagem que ocorre da crença em diversas divindades para apenas uma única divindade e de sua elevação ao culto e à adoração, por parte dos homens religiosos. Porém essa prática religiosa não é permanente, já que ele concebe crença em santos e anjos

(especificamente no cristianismo) como um traço de abandono à dedicação total àquela única e suprema divindade.

Ao final da sexta seção de *História Natural da Religião*, o autor afirma que, para provar a origem divina de uma religião, não há nada melhor do que perceber que ela ultrapassa as contradições humanas, próprias de sua natureza. Hume enfatiza, para essa realidade, a religião cristã.

Se uma nação conservou a opinião de uma divindade tutelar subordinada, de um santo ou de um anjo, deixa-se dominar pouco a pouco pelas súplicas que endereça a esses seres, e estes usurpam a adoração devida à divindade suprema. Antes de ser rejeitada pela Reforma, a Virgem Maria passou, do simples estado de uma santa mulher, a usurpar muitos atributos do Todo-Poderoso (HUME, 2005, p. 63).

Hume, de maneira alguma, enfatiza a supremacia de alguma religião, seja politeísta seja monoteísta, até mesmo pelo fato de acreditar em uma relação muito próxima entre essas duas formas de religiosidade. Segundo ele, os homens não permanecem sempre na mesma concepção religiosa. A relação que realizam entre essas duas formas de religião é o que ele denomina *fluxo* e *refluxo*, ou seja, concepções de uma religião que acabam fazendo parte de outra.

Deve-se assinalar que os princípios religiosos sofrem uma espécie de fluxo e refluxo no espírito humano, e que os homens têm uma tendência natural de elevar-se da idolatria para o monoteísmo, e recair de novo do monoteísmo para a idolatria (HUME, 2005, p. 71).

Os homens iniciam no politeísmo e passam para o monoteísmo. Porém, ocorre da mesma forma a volta à idolatria; tanto a passagem do politeísmo para o monoteísmo, bem como o caminho inverso, possui bases sólidas para ocorrer, ou seja, prova de que o sentimento religioso é produto do agir humano e não ligado à processos racionais. A imaginação é um grande fator que contribui para o surgimento da religião e de mudanças nas estruturas sociais. Hume, ao se referir à imaginação, diz:

Ela os representa, então, como seres sensíveis e inteligentes, semelhantes aos homens, movidos pelo amor e pelo ódio, suscetíveis às oferendas e às súplicas, às pregações e aos sacrifícios. Eis a origem da religião e, consequentemente da idolatria ou do politeísmo (HUME, 2005, p. 72).

Os homens, no entanto, não permanecem por muito tempo em uma religiosidade em que a divindade lhe é semelhante, na qual coexistem vários deuses com características e práticas humanas. Por isso, ao aumentar os cuidados com o culto, elevam suas divindades à perfeição, tomando-as distantes da realidade humana. Enfim, graças a essa perfeição atribuída à divindade, chegam à ideia de unidade: eis o monoteísmo.

Por esse motivo, surgem figuras que se assemelham à natureza humana e que são intermediários da divindade suprema, ou seja, uma tendência a se aproximar novamente da divindade, leva-o a características do politeísmo. No surgimento dessas figuras intermediárias, Hume enxerga uma volta à idolatria.

Esses semideuses ou seres intermediários, como participam mais da natureza humana e nos são mais familiares, convertem-se no principal objeto de devoção e, pouco a pouco, reintroduzem a idolatria que havia sido antes desterrada pelas ardentes pregações e pangíricos dos temerosos e míseros mortais (HUME, 2005, p. 72-73).

O autor demonstra que os homens são incapazes de conceber suas divindades como *espíritos puros* ou *inteligência perfeita*. Por isso, voltar à ideia de divindades próximas de si torna-se algo comum, pois o homem é limitado; há, de fato, um fluxo e um refluxo na crença dos homens. Pode-se afirmar, partindo de uma concepção humeana, que as religiões podem ser compreendidas em seus diversos contextos históricos, manifestos em ciclos:

Os homens flutuam entre esses sentimentos opostos. Não obstante, sim própria fraqueza os arrasta mais para baixo: de uma divindade onipotente e espiritual para uma divindade corpórea e limitada; de uma divindade corpórea e limitada para uma estátua ou representação visível (HUME, 2005, p. 73).

Essa análise tem forte ligação com a ideia de crença, ou seja, a necessidade da impressão para a formação da ideia, vejamos o exemplo dado pelo filósofo no *Tratado*:

As cerimônias da religião *católica romana* podem ser consideradas como experimentos da mesma natureza. Quando criticados, os devotos dessa estranha superstição costumam justificar toda aquela sua pantomima, alegando que esses movimentos, posturas e ações exteriores lhes são benéficos, por revitalizar sua devoção e estimular seu fervor, os quais, de outro modo, se dirigidos inteiramente para objetos distantes e imateriais, acabariam por se apagar. Figuramos os objetos de nossa fé em emblemas e imagens sensíveis, dizem eles, e assim, pela presença imediata desses emblemas, tornamos tais objetos mais presentes a nós do que seria possível por uma mera visão e contemplação intelectuais. Objetos sensíveis exercem sempre uma influência maior sobre a fantasia que qualquer outro tipo de objeto; e transmitem essa influência facilmente às ideias com que estão relacionados e às quais se assemelham (HUME, 2009, p. 130).

A análise das contribuições da religião para a vida do homem em sociedade são as mais diversas possíveis, tanto as da politeísta como as da monoteísta. A abordagem de Hume, apresentada já no século XVIII, é esclarecedora para a análise das práticas religiosas também na atualidade. No que diz respeito, por exemplo, à tolerância religiosa, o filósofo entende que as práticas dos homens religiosos estão intimamente ligadas à doutrina e à ideia de divindade, sendo que a sociedade religiosa passa a ser reflexo daquilo que crê.

Na análise de Hume, o politeísmo é mais maleável em suas doutrinas: suas divindades se relacionam, aceitam diversas seitas e até mesmo limita o poder de seus deuses. Isto resulta em ritos e cerimônias em que há a integração de várias crenças. Já o monoteísmo é mais restrito, justamente por crer em uma única divindade, esta deve ser perfeita e dar exemplo aos homens, graças a essa unidade da divindade e sua perfeição, as práticas religiosas serão extremamente rigorosas e não há a aceitação de demais divindades e nem outra espécie de culto. “Quando se admite um único objeto de devoção, a adoração de outras

Revista Contemplação 2014 (8): 56-73

divindades é considerada absurda e ímpia” (HUME, 2005, p. 76). Logo, para os monoteístas, considerar outras divindades é um erro, um pecado, que são considerados como os vícios do homem.

Graças a esse devotamento único e à unidade de culto, surgem as lutas religiosas. Quando se aceita apenas uma divindade que exige determinado tipo de rito, logo se dissemina que todos deveriam se portar em consonância com essa crença. O problema é que existem diversas seitas que possuem o mesmo pensamento e, na tentativa de buscar agradar a sua divindade por considerá-la verdadeira, surgem os conflitos religiosos. Na verdade, a religião é usada como pretexto para a luta no sentido sócio-político. Isso não significa que as chamadas “lutas religiosas” não possuam caráter espiritual, mas que interesses humanos fazem parte desse contexto conflituoso. Nas palavras de Hume:

Mais ainda: essa unidade de objeto parece exigir naturalmente a unidade de fé e de cerimônias, e proporciona aos homens astuciosos o falso pretexto, que lhes permite retratar seus adversários como ímpios e como objetos da vingança divina, assim como da humana (HUME, 2005, p. 76).

Considera-se que o homem esteja a serviço da divindade em seu objetivo primeiro, porém para a defesa de seus interesses, a religião torna-se serva do ser humano, bem como a divindade, pois o homem, de acordo com sua crença se submete ao sagrado, e, apoiando-se na crença, em seus supostos desejos, cria conflitos. A religião, portanto, torna-se uma grande aliada, um instrumento de guerra para o homem. Tratando-se das lutas que a religião proporciona aos homens, Hume aponta para o fato de algumas religiões serem mais sangrentas que outras, graças à sua intolerância, justamente por sua concepção doutrinária.

A intolerância de quase todas as religiões que têm mantido a unidade de Deus é tão notável quanto o princípio contrário dos politeístas. O espírito estreito e implacável dos JUDEUS é célebre. O MAOMETANISMO exhibe princípios ainda mais sangrentos e, mesmo atualmente, condena todas as outras seitas

a penas eternas, embora não ao fogo e ao ferro. E se entre cristãos, Os INGLESES e os HOLANDESES abraçaram os princípios da tolerância, essa singularidade teve por origem a firme determinação dos magistrados civis, que se opuseram aos esforços contínuos dos padres e dos fanáticos (HUME, 2005, p. 78, grafia do autor).

A crítica humenana ao monoteísmo está justamente no fato da ocorrência de perseguições, pois nos sacrifícios humanos dos tempos passados não havia a possibilidade de escolha da vítima e nem mesmo uma justificativa pelo qual ela fosse assassinada. O sacrifício ocorria pelo simples fato de ser necessário agradar uma divindade. Na Inquisição havia motivos culturais envolvidos que iam contra os princípios religiosos da época, portanto não havia um caráter simplesmente religioso, como na prática anterior, mas sim o predomínio de fatores culturais e políticos. Conclui-se, portanto, que no politeísmo há mais tolerância, ao passo que os monoteístas são extremamente intolerantes e perseguidores.

Investindo na comparação entre o monoteísmo e a chamada idolatria, Hume discute alguns posicionamentos do homem resultantes de sua crença. O monoteísmo, a manifestação religiosa baseada na crença em um único deus infinitamente superior, faz com que os homens sejam totalmente submissos a esse deus. A esse respeito, o filósofo descreve aquilo que a religião cristã, por exemplo, aceita como virtude e encara como verdade que agrada a divindade: a mortificação, a penitência, enfim, os sofrimentos. Essas práticas religiosas fazem com que as pessoas vivam em extrema humilhação diante de Deus, justamente pelo fato de ser ele único e superior a tudo.

No politeísmo não ocorre da mesma forma, pois os seres divinos não estão muito além da realidade humana. Existe ainda a crença em que muitos dos deuses vieram dessa classe inferior que é a classe humana. Por isso, competir com essas divindades e imitá-las são atitudes possíveis. Hume faz uma análise também da moral e da superstição que os homens religiosos possuem, com uma crítica à relação que ocorre em diversas religiões com a moral e os favores divinos. Esses princípios estão extremamente ligados às

práticas religiosas populares e mesmo as superstições institucionalizadas são alvo da crítica do filósofo, conforme se pode observar na passagem que segue:

Podemos observar que, apesar do caráter dogmático e imperioso de toda superstição, a convicção dos homens religiosos é, em todas as épocas, mais fingida que real, e apenas raramente e em certa medida se aproxima a firme crença e a firme convicção que nos governa nos assuntos comuns da vida (HUME, 2005 p. 98).

A vivência da moralidade, segundo o filósofo, é mais fácil de aceitar do que as práticas supersticiosas. A moral é um fator que nem sempre está ligada a conceitos religiosos, porém faz parte da vida em sociedade. Já a superstição, que está ligada à religião é uma prática exigente, que consiste no medo. Hume sintetiza: “Em suma, toda virtude, quando nos reconciliamos com ela sem muito esforço, é agradável. Toda superstição é quase sempre odiosa e opressiva” (HUME, 2005, p. 117). O medo, parte da natureza do homem é também explorado na religiosidade – eis o motivo das práticas religiosas tão difíceis em algumas religiões. É no medo que se encontra a fundamentação para o fanatismo religioso, ainda que, à primeira vista, pareça que a origem da religião esteja na contemplação.

A abordagem realizada por Hume traz à luz um fato que, para os dias atuais, é de grande importância: conhecer as verdadeiras bases para a fundamentação de uma religião é um convite à vivência das virtudes humanas, sem condicioná-las ao âmbito religioso, pois assim cultiva-se a tolerância religiosa tão essencial para a vida em sociedade.

A filosofia de Hume, “é cética porque ele nos mostrou que a razão e o entendimento são bem mais limitados do que havíamos pensado inicialmente” (CONVENTRY, 2011, p. 212). Se, do ponto de vista científico, essa percepção foi uma contribuição do filósofo, o que se dirá com relação ao campo religioso? Podemos afirmar que, a busca de entendimento do fenômeno religioso na natureza humana torna a religião mais próxima dos homens e gera atitudes mais tolerantes.

Com relação à postura cética de Hume e sua contribuição para os homens, vale as considerações de Conventry:

Uma percepção do estado imperfeito de nossas faculdades e das limitações do entendimento humano amadurece, ceticamente, nossas mentes de tal forma que procedemos com mais cuidado e modéstia, não somente em nossas investigações, mas também na vida diária (CONVENTRY, 2011, p. 214).

Na própria análise humeana da religião natural, na obra *História natural da religião*, lemos:

Quando resplandece essa serenidade de espírito, a divindade jamais aparece sobre falsas aparências. Porém quando nos abandonamos às sugestões naturais e indisciplinadas de nossos corações tímidos e ansiosos, atribuímos ao ser supremo, em virtude dos terrores que nos agitam, toda espécie de barbárie; e, em razão dos métodos que adotamos a fim de apaziguá-lo, todas as formas de arbitrariedade (HUME, 2005, p. 120).

Em razão de sua limitação, o ser humano busca a religiosidade. Porém, quando totalmente entregue a ela, a razão não é a base para a fundamentação das práticas, mas dá lugar aos desejos particulares que, por vezes, podem não estar em consonância com aquilo que a divindade, supostamente seja, ou seja, aquilo que diz a fé que os indivíduos professam.

Considerações finais

A religião possui grandes influências na história da humanidade, seja politeísta ou monoteísta; sempre acompanhou os homens em suas estruturas, tanto no campo estritamente religioso, como no campo político, social e até mesmo econômico.

A religião natural dos homens é capaz de modificar toda uma estrutura de vida social, a partir do momento que começa a se modificar e vivenciar seus *ciclos*, segundo o próprio autor. A história aponta-nos diversas práticas

religiosas que fomentam grandes avanços no pensamento humano, mas também possibilita o fanatismo e crueldades. Mesmo não possuindo bases totalmente racionais, segundo a visão de Hume, as religiões praticadas pelos homens dão base para pensar as suas ações, que, por inúmeras vezes, foram justificadas com bases nas crenças religiosas, mas que não possuem nenhuma correspondência real, no sentido oficial das instituições religiosas e suas divindades.

Dessa maneira, a análise de Hume permanece como um convite para uma reflexão constante acerca das concepções e manifestações religiosas, e das ações que os homens podem empreender no mundo a partir de sua crença religiosa, pois “nós não somos simplesmente os seres que raciocinam, mas também um dos objetos acerca dos quais raciocinamos” (HUME, 2009, p. 21).

Referências

CONVENTRY, Angela M. *Compreender Hume*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HUME, David. *História Natural da Religião*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

HUME, David. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PEQUENO, Marconi. *10 lições sobre Hume*. Petrópolis: Vozes, 2012.

ROVIGHI, Sofia Vanni. *História da Filosofia Moderna: da revolução científica a Hegel*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2006 .

SMITH, Plínio Junqueira. *O ceticismo de Hume*. São Paulo: Loyola, 1995.

Artigo recebido em 15.12.2013

Artigo aprovado em 16.02.2014